

	<p align="center">PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM) DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DEACO) DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DICOL) SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS COM ATRIBUIÇÃO AFETA À PROMOÇÃO DE GÊNERO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (SEGEM)</p>		
Data: 11.12.2024	Horário: 11:00h	Local: Aplicativo Teams	
PAUTA: GRUPO DE TRABALHO PARA DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E POLÍTICAS VOLTADAS PARA MULHERES NEGRAS			ATA DE REUNIÃO Nº 06/2024

Estiveram presentes na reunião, por meio virtual:

1. Juiz Vitor Porto dos Santos (**Membro GT Mulheres Negras**);
2. Senhora Soyanni Silva Alves (**Membra GT Mulheres Negras**);
3. Senhora Roberta Cristina Bastos Barreto (**Membra GT Mulheres Negras**);
4. Senhora Tatiana Oliveira Moreira (**Membra GT Mulheres Negras**);
5. Senhora Michelle Villaca Lino (**Membra GT Mulheres Negras**);
6. Senhora Tatiana Lima Brandão (**Membra GT Mulheres Negras**);
7. Senhora Isabel Barra Viegas (**Membra GT Mulheres Negras**);
8. Senhora Luciene da Rocha (**Assistente Social – NUEAPI/DIATI/CGJ**);
9. Senhora Inara Flora Cipriano Firmino (**Pesquisadora e Apoio Técnico ao GT**);
10. Senhora Lúcia Xavier (**Representante ONG CRIOLA**).

O **Exmo. Juiz Dr. Vitor Porto**, Membro do GT, abre os trabalhos às 11h05 e agradece a participação de todos (as) na presente reunião, cujo objetivo é dar continuidade às tratativas para realização da pesquisa visando o mapeamento (quantitativo e qualitativo) da identificação étnico-racial, com o propósito de desenvolver ações direcionadas aos magistrados, aos servidores e aos terceirizados que compõem o grupo de pessoas pretas e pardas do TJRJ, além de discutir o planejamento das atividades do GT para 2025.

Inicialmente, o **Juiz** indaga sobre o andamento do Memorando relacionado a pesquisa de grupo focal.

A **Sra. Soyanni Alves** informa que o documento precisa ser aprimorado, mas esclarece que já contém diretrizes importantes para fundamentar a realização de pesquisas qualitativas e quantitativas sobre racismo estrutural no Tribunal. Ressalta que o objetivo do documento é mapear o perfil étnico-racial dos servidores quanto entender como o racismo se manifesta na instituição, fornecendo subsídios para uma fórmula de políticas para mulheres negras.

Em complemento ao tema, a **Sra. Tatiana Lima Brandão** propõe uma abordagem metodológica alternativa e mais robusta para a pesquisa. Na ocasião, sugere o uso de entrevistas semiestruturadas em conjunto com a metodologia de "bola de neve", que consiste em identificar participantes iniciais que, por sua vez, indicam outros indivíduos relevantes para o estudo. Explica que essa estratégia tem o potencial de fornecer dados qualitativos mais ricos e detalhados, captando nuances importantes das experiências e percepções dos participantes que não estariam acessíveis por métodos exclusivamente quantitativos.

Segundo ela, a estrutura de entrevistas semiestruturadas possibilita a criação de roteiros flexíveis que permitem explorar categorias e subcategorias emergentes das respostas dos entrevistados. Esses dados qualitativos, ao serem detalhados, fornecerão *insights* sobre os padrões e as dinâmicas de racismo institucional e estrutural no tribunal.

Além disso, informa que conseguiu dados quantitativos recentes extraídos do sistema do Tribunal, o que inclui informações sobre gênero, raça e cargos ocupados. Explica que esses dados podem servir como uma base sólida para o estudo, complementando as análises qualitativas propostas. Ressalta a importância de integrar esses dois tipos de análise para garantir que a pesquisa seja abrangente e fundamentada. Destaca, também, que os dados quantitativos já disponíveis permitem uma compreensão inicial do perfil dos servidores e ocupantes de cargos de liderança, o que pode ser essencial para orientar o direcionamento da pesquisa qualitativa e a formulação de políticas institucionais.

A **Sra. Soyanni Alves** esclarece que, apesar dos avanços na coleta de informações, o GT ainda enfrenta dificuldades para acessar determinados dados junto à área de Informática do tribunal, o que justifica a necessidade de proporcionar uma pesquisa quantitativa e qualitativa mais estruturada. Nesse momento, ressalta que o foco da pesquisa é identificar como o racismo estrutural se manifesta e impacta o cotidiano do Tribunal de Justiça. Afirma que essa abordagem mais abrangente é crucial para que o GT possa formular políticas eficazes voltadas para a promoção da equidade racial e para a melhoria das condições de trabalho dos servidores negros, com especial atenção às mulheres negras. Além dessas considerações, propõe que o GT inicie uma avaliação das atividades realizadas até o momento e elabore um planejamento estratégico para o ano de 2025.

Após as considerações iniciais feitas, a **Sra. Lúcia Xavier** é apresentada ao GT.

Na ocasião, a **representante da ONG CRIOLA** agradece a oportunidade de participar e informar que sua presença está relacionada à colaboração na pauta de combate à violência obstétrica. Esclarece que, embora esteja acompanhando esta reunião, quem ficará responsável pelo acompanhamento contínuo será a Sra. Mariane Marçal, reforçando o comprometimento da ONG Criola com a divulgação do grupo.

Na sequência, a Sra. **Sra. Soyanni Alves** retoma a pauta e informa que irá compartilhar a tela para apresentar o texto do Memorando. Nesse momento é realizada a leitura na íntegra do documento.

Após, o **Juiz Vitor Porto** avalia positivamente o texto do Memorando e abre espaço para que as Membras possam realizar revisões e ajustes pontuais. O **Magistrado** reforça a necessidade de uma metodologia clara para implementar a pesquisa e destaca a importância da contratação de uma pesquisadora especializada, preferencialmente uma mulher negra, para liderar os grupos focais e dar suporte técnico ao projeto. Nesse sentido, enfatiza a necessidade de que essa pesquisadora seja remunerada e, preferencialmente, uma mulher negra com conhecimento técnico específico para desenvolver e implementar as pesquisas. Além disso, enfatiza a importância de buscar apoio institucional do Tribunal para viabilizar essa contratação, explorando também a possibilidade de identificação de servidores internos com qualificação técnica.

A **Sra. Lúcia Xavier** complementa a proposta, salientando que o GT também poderia procurar parcerias com universidades que já trabalharam com as temáticas abordadas pelo grupo. Aponta que essas parcerias podem oferecer suporte técnico, melhorar as metodologias utilizadas e disponibilizar repositórios de informações relevantes para a pesquisa. Sugere ainda a criação de um comitê de acompanhamento para monitorar e avaliar as iniciativas realizadas pelo GT, contribuindo para ampliar os debates e estudos sobre racismo estrutural.

A **Sra. Soyanni Alves** manifesta apoio às ideias apresentadas e questiona se a proposta envolve parcerias específicas com grupos de pesquisa de universidades que já estão desenvolvendo estudos na área. Reforça que a colaboração com instituições acadêmicas poderia complementar a atuação de uma pesquisadora contratada, fortalecendo o trabalho do GT e ampliando as possibilidades de análise.

A **Pesquisadora Inara Flora Cipriano Firmino** informa estar desenvolvendo, junto ao Des. Wagner Cinelli, um plano de trabalho para 2025, que inclui a possibilidade de parcerias com a PUC para a realização de frentes de pesquisa. Essas frentes abarcam análises históricas, como o estudo dos processos do período pós-escravidão, além de questões relacionadas à violência de gênero e ao racismo. Destaca a importância de alinhar as atividades do GT com outras iniciativas do Tribunal, a fim de consolidar esforços e criar uma agenda integrada para o próximo ano, que inclua capacitações internas e a realização de um censo institucional. Além disso, também menciona que já atua como pesquisadora contratada pelo Tribunal, prestando assessoria ao Des. Wagner Cinelli, e sugere que esse modelo de contratação seja ampliado para incluir mais profissionais. Essa expansão, segundo a **Pesquisadora**, fortaleceria o suporte técnico ao GT, potencializaria as ações

estratégicas do tribunal e promoveria um trabalho mais coletivo e integrado entre as diversas frentes institucionais.

Em continuidade, informa que há uma pessoa no Tribunal já sendo considerada para integrar as atividades do grupo, embora os detalhes ainda não possam ser divulgados. Destaca que, além das questões relacionadas ao racismo estrutural, também atua na gestão de direitos humanos, o que aumenta significativamente a sua carga de trabalho.

Segundo a **Pesquisadora**, o objetivo do Desembargador é formar um grupo maior e mais estruturado, o que poderá ser viabilizado tanto por meio da contratação de novos profissionais quanto pelo remanejamento de servidores que já possuem experiência na temática racial.

O **Juiz Vitor Porto** concorda com a proposta de ampliação do grupo e enfatiza a necessidade de garantir suporte adequado para que as demandas não recaiam exclusivamente sobre a Pesquisadora Inara Flora. Nesse sentido, propõe buscar o apoio do Des. Wagner Cinelli, que já está envolvido com as questões de equidade racial, bem como da Desa. Adriana Mello, para viabilizar a inclusão de novos profissionais.

Nesse momento, o **Juiz** sinaliza que precisará se ausentar da reunião, pois entrará em audiências. Com isso, solicita para que o grupo prossiga a reunião, caso ainda tenham questões para serem debatidas. Prosseguindo, e relação ao Memorando, a **Sra. Soyanni Alves** sugere que o texto seja compartilhado com os Membros do GT para receber eventuais sugestões e ajustes antes de ser enviado.

Nesse momento, a **Sra. Michelle Villaca Lino** reforça que o texto está bem desenvolvido e propõe que as revisões sejam concluídas até a sexta-feira seguinte.

Entretanto, a **Pesquisadora Inara Flora** aponta que, devido à transição de gestão no tribunal, o Presidente atual não deve avaliar o documento ainda este ano. Sugere, então, utilizar esse período para aprimorar as metodologias propostas.

A **Sra. Roberta Cristina Bastos Barreto** pondera que o Memorando precisa integrar dados qualitativos à pesquisa para capturar as experiências vivenciadas pelos servidores negros. Destaca ainda que, mesmo com a transição de gestão, é essencial manter o foco e o ritmo das ações planejadas.

Por fim, a **Sra. Tatiana Oliveira Moreira** sugere que, com as novas informações e perspectivas apresentadas, o grupo utilize o tempo para revisar e consolidar as propostas, marcando uma reunião em janeiro para avançar de forma mais estruturada.

Após os debates entre os(as) integrantes, fica estabelecida a próxima reunião em janeiro para deliberar sobre o encaminhamento do Memorando e a elaboração de um planejamento estratégico para 2025. Nesse contexto, a Sra. Soyanni Alves propõe o dia

22 de janeiro, como possível data para a próxima reunião, ressalvando que o agendamento dependerá da aprovação da Presidente do GT. (Deliberação 1)

Além disso, informa que o documento já foi compartilhado com todas as membras do grupo por meio de um *link* colaborativo, permitindo que alterações sejam realizadas em tempo real. Sugere que as Membras façam cópias pessoais para rascunhos, garantindo que as revisões sejam feitas de forma organizada.

Para concluir, **Sra. Soyanni Alves** apresenta um relatório final sobre as atividades realizadas pelo GT durante o biênio. Relembra os avanços obtidos, como cursos de capacitação oferecidos pela ESAJ, eventos promovidos pelo GT, e a elaboração da cartilha sobre racismo institucional, disponível no site do Tribunal. Menciona o sucesso do último seminário, que incluiu atividades como Cine Debate, valorizando essa ferramenta como um meio eficaz para mobilizar servidores e magistrados na discussão sobre racismo.

A **Sra. Roberta Cristina Bastos Barreto** complementa, apontando que o evento no Museu também teve retorno positivo, indicando que atividades futuras poderão ser abertas ao público externo, como estudantes universitários específicos na temática. Reforça a relevância de parcerias externas para ampliar o alcance das iniciativas do GT.

A **Sra. Soyanni Alves** concorda e destaca que as articulações entre os diversos setores do Tribunal, como o GT Mulheres Negras, o COGEN, o Museu e o NUEAPI, foram essenciais para o sucesso do seminário. Aponta que essa integração deve ser mantida para fortalecer o debate racial e consolidar uma agenda institucional de equidade.

Por fim, a redatora dessa ata faz constar, em sua integralidade, a informação apresentada pela **Sra. Luciene Rocha**, no chat do aplicativo Teams:

“Sobre o Pós-evento de 26/11/24: as listas de presença foram todas encaminhadas ao SEGEM, para envio à ESAJ / cômputo de horas para servidores. As solicitações de comprovante de participação do público estão sendo atendidas pelo NUEAPI com o fornecimento de Declaração. Participantes: Manhã - 69 presentes no auditório (incluindo palestrantes) e 95 remotos, Tarde - 35 presentes museu e 62 remotos. Solicitei a retificação da notícia no site, para inclusão do nome das palestrantes, e foi realizada. Enviamos uma pesquisa de opinião sobre o evento para as equipes técnicas, ainda não consolidei as respostas. Mais tarde coloco aqui no chat. Bom dia!”

Nada mais a tratar, a reunião foi finalizada às 12h25.

JUIZ VITOR PORTO DOS SANTOS
Membro do Grupo de Trabalho

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Confirmar a data da próxima reunião, 22.01.2025, com a Presidenta do GT, a fim de consolidar as sugestões e planejar as ações do GT para o próximo biênio.	SEGEM	5 Dias, após aprovação da Ata